

RELATÓRIO

COLÓQUIO DE DIREITO

Luso-Brasileiro



história e especificidades

PROJETO DE PARCERIAS EJEF/TJMG E
INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE PORTUGAL



2 A 6 DE OUTUBRO DE 2023

Autoria:

DIRDEP

Diretoria Executiva de
Desenvolvimento de Pessoas

RELATÓRIO

COLÓQUIO DE DIREITO

Luso-Brasileiro



história e especificidades

Belo Horizonte
Tribunal de Justiça de Minas Gerais
2024

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho

Presidente

Desembargador Alberto Vilas Boas Vieira de Sousa

Primeiro Vice-Presidente

Desembargador Renato Luís Dresch

Segundo Vice-Presidente

Desembargadora Ana Paula Nannetti Caixeta

Terceira Vice-Presidente

Desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior

Corregedor-Geral de Justiça

Desembargadora Yeda Monteiro Athias

Vice-Corregedora-Geral de Justiça

Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes Comitê Técnico da EJEJ

Desembargador Renato Luís Dresch

Desembargadora Lílian Maciel Santos

Desembargador Saulo Versiani Penna

Desembargador Osvaldo Oliveira Araújo Firmo

Desembargador Paulo Calmon Nogueira da Gama

Juiz de Direito Carlos Márcio de Souza Macedo

Diretora Executiva de Desenvolvimento de Pessoas: Ana Paula Andrade Prosdocimi da Silva

Diretor Executivo de Gestão da Informação Documental: Fernando Rosa de Sousa /
Thiago Israel Simões Doro Pereira

Sumário

Introdução.....	5
1. Escopo do Projeto.....	5
2. Justificativa.....	5
2.1. Motivação.....	5
2.2. Alinhamento Estratégico:.....	6
3. Objetivos.....	6
3.1. Geral:.....	6
3.2. Específicos:.....	6
4. Cronograma de Atividades	7
5. Instituições Visitadas.....	8
5.1. Centro de Estudos Judiciários (CEJ).....	8
5.2. Supremo Tribunal de Justiça de Portugal.....	10
5.3. Grémio Literário de Lisboa: Um Refúgio para os Amantes da Literatura.....	12
5.4. Universidade de Lisboa.....	14
5.5. Universidade do Porto.....	15
5.6. Universidade de Coimbra.....	17
5.6.1. Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra: Um Tesouro Histórico e Cultural.....	20
6. Semelhanças e Diferenças das instituições visitadas com a EJEJ/TJMG.....	22
6.1. Semelhanças:.....	22
6.2. Diferenças:.....	22
7. O Curso de Formação Inicial de Magistrados do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) em Portugal.....	22
7.1. Estrutura do Curso.....	22
7.2. Diferenciação na Formação de Juízes e Promotores.....	23
7.3. Ingresso na formação.....	24
8. A Formação Continuada de Magistrados do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) em Portugal	25
25	26
9. Colóquio de Direito Luso-Brasileiro: história e especificidades	27
10. Acordos com instituições de ensino portuguesas.....	33
11. Recomendações.....	36
12. Conclusão.....	36

Introdução

Este relatório apresenta os resultados da visita de comitiva da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEJ) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) ao Centro de Estudos Judiciários (CEJ) em Portugal e às Universidades de Lisboa, do Porto e de Coimbra, no bojo do Programa Internacional da EJEJ instituído pela [Portaria nº 183/2V/2023](#). O objetivo da viagem foi aprofundar o conhecimento sobre os modelos de ensino jurídico em Portugal, identificar semelhanças e diferenças com a EJEJ/TJMG e buscar oportunidades de cooperação.

A comitiva foi designada pela Presidência do TJMG, por meio da [Portaria nº 6330/PR/2023](#), delegando competências para representação do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no "Projeto de Parcerias EJEJ/TJMG e Instituições de Ensino de Portugal".

Integraram a comitiva os membros do Comitê Técnico da EJEJ abaixo nominados:

1. Desembargador Renato Luís Dresch, Segundo Vice-Presidente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEJ), líder da comitiva;
2. Desembargadora Lílian Maciel Santos, Superintendente-Adjunta da EJEJ;
3. Desembargador Saulo Versiani Penna, Coordenador do Centro de Estudos Jurídicos Juiz Ronaldo Cunha Campos (CEJ-TJMG);
4. Desembargador Osvaldo Oliveira Araújo Firmo;
5. Juiz Carlos Márcio de Souza Macedo, Juiz Auxiliar da Segunda Vice-Presidência do TJMG;
6. Diretora Ana Paula Andrade Prosdocimi da Silva, Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas (DIRDEP-EJEJ).

1. Escopo do Projeto

Estabelecimento de parcerias internacionais entre a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, universidades portuguesas – Universidade do Porto, Universidade de Coimbra e Universidade de Lisboa – e o Centro de Estudos Judiciários (CEJ) de Lisboa, em comemoração aos 45 anos da EJEJ.

2. Justificativa

2.1. Motivação

Em 1977, incumbido pelo Desembargador Edésio Fernandes, então Presidente do TJMG, de “proceder aos estudos preliminares, visando à implantação e organização em Minas Gerais da Escola Judicial” (Portaria TJMG nº 231, de 11 de agosto de 1977 – data considerada marco de criação da EJEJ), o servidor Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza, então Diretor-Geral do Tribunal, partiu em viagem a Portugal para realizar um estágio no Centro de Estudos Judiciários (CEJ) de Lisboa, no período de 1982 a 1983, quando, participando de atividades acadêmicas junto aos

juízes portugueses, concebeu as bases estruturais da Escola Judicial mineira, as quais seriam formalizadas seis anos depois na Resolução TJMG nº 141, de 27 de setembro de 1989.

Sendo a primeira escola judicial do Brasil e consideradas suas origens histórica e conceitual vinculadas a Portugal, das quais faz parte o estágio realizado pelo Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira no CEJ de Lisboa, verifica-se que a EJEFE deu base para a estruturação das demais escolas judiciais do país

Assim, no período de comemoração de seus 45 anos, a EJEFE, agora como Escola de Governo apta a promover o ensino superior de agentes públicos, iniciou tratativas para (re)estabelecer tais vínculos de cooperação educacional com Portugal, a partir de convite para participação em *Colóquio de Direito Luso-Brasileiro: histórica e especificidades*, realizado pela Universidade de Coimbra.

Nesse sentido, restou definido o "Projeto de Parcerias EJEFE/TJMG e Instituições de Ensino de Portugal", cujo cerne foi a viagem de representação institucional, visando não só às visitas de cortesia, estudos, docência e compartilhamento de experiências e boas práticas junto a instituições de ensino superior portuguesas e ao CEJ de Lisboa, mas também ao estabelecimento de importantes parcerias internacionais que poderão fortalecer vínculos acadêmicos, fomentar o debate jurídico comparado e promover o intercâmbio de pessoas e ideias entre os países tão estreitamente conectados no âmbito da formação de magistrados e servidores do Poder Judiciário.

2.2. Alinhamento Estratégico

O projeto está alinhado com o Objetivo Estratégico – OE2 de “Manter Integração com a estratégia e normas do TJMG, CNJ, ENFAM, bem como com outras instituições públicas e privadas” do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-EJEFE) para o ciclo de 2021-2026, iniciativa estratégica em desdobramento ao Macrodesafio X – “Otimização da Gestão de Pessoas” do Planejamento Estratégico do TJMG.

3. Objetivos

3.1. Geral

Estreitar vínculos institucionais e cooperativos entre as entidades, visando à cooperação técnica, científica e cultural, voltada à melhoria na formação de membros e servidores do Judiciário.

3.2. Específicos

- Estabelecer parcerias de mútua cooperação e intercâmbio acadêmico e científico para a promoção conjunta de projetos voltados ao ensino e à pesquisa, em especial relacionados à formação jurídica.

- Apoiar a realização do *Colóquio de Direito Luso-Brasileiro: história e especificidades* a ser promovido pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- Realizar visitas de cortesia e de troca de experiências e boas práticas às instituições de ensino superior portuguesas e ao Centro de Estudos Judiciários de Lisboa, como parte das comemorações aos 45 anos da EJEF e dos esforços de recuperação e preservação da história e memória desta Escola Judicial.

4. Cronograma de Atividades

- 02/10/2023 (segunda-feira – 1º dia de atividades)
A partir das 14h30 – Visita guiada e assinatura do protocolo de parceria com o Centro de Estudos Judiciários de Portugal (CEJ); visita guiada ao Supremo Tribunal de Justiça de Portugal; 19h30 - Jantar no Grémio Literário de Lisboa
- 03/10/2023 (terça-feira – 2º dia de atividades)
A partir de 12h30 – Visita guiada e assinatura do protocolo de parceria com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL)
- 04/10/2023 (quarta-feira – 3º dia de atividades)
A partir das 14h30 – Visita guiada à Universidade de Porto – UPorto (FDUP) e assinatura do acordo de parceria com a Faculdade de Direito da UPorto
- 05/10/2023 (quinta-feira – 4º dia de atividades) Manhã - viagem e chegada a Coimbra
16h - Visita guiada à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (UC),
- 06/10/2023 (sexta-feira – 5º dia de atividades)
9h às 9h30 – Assinatura do protocolo de parceria com a UC (por meio de sua Academia Sino Lusófona) – na abertura do Colóquio
9h30 às 16h – Demais atividades do *Colóquio de Direito Luso-Brasileiro: História e Especificidades*



5. Instituições Visitadas

5.1. Centro de Estudos Judiciários (CEJ)

- Ano de criação: 1982
- Cursos na área jurídica oferecidos:
 - Curso de Formação Inicial de Juízes
 - Cursos de Especialização em diversas áreas do direito
 - Programas de Doutoramento em Direito
- Curiosidades:
 - O CEJ é responsável pela formação inicial e contínua dos magistrados portugueses.
 - A instituição oferece cursos a distância e presenciais.
 - O CEJ promove pesquisa e intercâmbio com outras instituições jurídicas.

Representantes do CEJ presentes à visita da comitiva EJEF/TJMG à instituição: Juiz Desembargador Fernando Vaz Ventura, Diretor do Centro de Estudos Judiciários de Portugal – CEJ; Procuradora-Geral Adjunta Ana Teresa Leal, Diretora-Adjunta do CEJ; Procuradora da República Helena Leitão, Coordenadora do Departamento de Relações Internacionais do CEJ; e Juiz de Direito Pedro Raposo de Figueiredo, Coordenador do Departamento da Formação do CEJ. Participou, ainda, da visita ao CEJ o Juiz Conselheiro Presidente do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal (STJ), Doutor Henrique Luís de Brito de Araújo.



Fachada do Centro de Estudos Judiciários de Lisboa



Membros da comitiva EJEF-TJMG e representantes das instituições portuguesas no pátio do CEJ (Da esquerda para a direita: Doutor Carlos Márcio, Desembargador Renato Dresch, Professor Doutor Fernando Vaz, Doutora. Helena Leitão, Doutor Pedro Raposo, Doutora Ana Teresa Leal, Doutor Henrique Araújo e Desembargador Osvaldo Firmo)



Espaço interno do CEJ Lisboa (Da esquerda para a direita: Desembargador Saulo Versiani, Desembargador Osvaldo Firmo, Doutor Henrique Araújo, Desembargadora Lílian Maciel, Diretora Ana Paula Prosdocimi, Doutor Pedro Raposo, Doutor Marcelo Sacramone, Doutor Gabriel José de Orleans e Bragança, Doutor Carlos Márcio Macedo e Doutor Fernando Vaz Ventura)



Visita à sala de audiências simuladas do CEJ
(Da direita para a esquerda: Desembargador Renato Dresch, Desembargador Saulo Versiani, Doutor Gabriel José de Orleans e Bragança, Doutor Pedro Raposo e Doutor Fernando Vaz Ventura)

5.2. Supremo Tribunal de Justiça de Portugal

O Supremo Tribunal de Justiça é o Tribunal superior da hierarquia dos Tribunais Judiciais de Portugal. Cabe ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça exercer os poderes administrativos e financeiros idênticos aos que integram a competência ministerial.

- Criação: 23 de setembro de 1822
- Sede: Terreiro do Paço, Lisboa
- Composição: 60 juízes-conselheiros; 4 juízes militares
- Mandato: 5 anos, não renovável

A comitiva da EJEF/TJMG foi recebida pelo Exmo. Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Conselheiro Henrique Araújo, sucedido na Presidência da Casa, a partir de 7 de junho de 2024, pelo Conselheiro João Cura Mariano.

História do STJ

O Supremo Tribunal de Justiça foi criado durante a guerra civil que opôs absolutistas e liberais na década de 30 do século XIX, com a vitória destes últimos.

A nomeação dos seus primeiros juízes sucedeu-se no dia 15 de setembro de 1833, tendo o seu primeiro Presidente, José da Silva Carvalho, tomado posse oito dias depois. O primeiro acórdão foi proferido no mês seguinte, ainda em plena guerra civil.



Fachada do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal



Direção da EJEF no interior do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal: Diretora Ana Paula Prosdociami, Desembargador Renato Dresch e Doutor Carlos Márcio Macedo

5.3. Grêmio Literário de Lisboa: Um Refúgio para os Amantes da Literatura

O Grêmio Literário de Lisboa, fundado em 1867, é um dos mais antigos e prestigiados clubes literários de Portugal. Ao longo de sua história, o Grêmio tem sido um ponto de encontro para escritores, intelectuais e amantes da literatura, oferecendo seu espaço para o debate de ideias, a produção literária e a promoção da cultura.

Criação: Uma Jornada Literária

- Origem: O Grêmio Literário de Lisboa nasceu em 1867, por iniciativa de um grupo de escritores e intelectuais portugueses.
- Motivação: O objetivo era criar um espaço onde os amantes da literatura pudessem se reunir para discutir obras, trocar ideias e fomentar a produção literária.
- Sedes Históricas: Ao longo de sua história, o Grêmio ocupou diversos espaços em Lisboa, sempre se configurando como ambiente acolhedor e propício ao debate intelectual.

Objetivo: Celebrar a Literatura

- Promoção da Cultura: O Grêmio Literário de Lisboa tem como objetivo principal promover a literatura portuguesa e internacional, através de diversas atividades.
- Eventos Culturais: O Grêmio organiza encontros com escritores, lançamentos de livros, palestras, saraus literários e outras atividades culturais.
- Espaço de Debate: O clube oferece um espaço para o debate crítico de obras literárias, fomentando o intercâmbio de ideias e de perspectivas de análises.

Frequentadores: Um Encontro de Mentas

- **Membros:** O Grêmio Literário de Lisboa é composto por membros que compartilham a paixão pela literatura.
- **Diversidade:** Escritores, estudantes, professores, intelectuais e amantes da literatura compõem a comunidade do Grêmio.
- **Ambiente Acolhedor:** O clube oferece um ambiente acolhedor e estimulante para o debate e a troca de experiências literárias.

Legado Literário: Uma Tradição Viva

- **Contribuição Cultural:** O Grêmio Literário de Lisboa tem uma rica história de contribuição para a cultura portuguesa, mediante promoção da literatura e do debate de ideias em torno dela.
- **Presença Ativa:** O clube realiza eventos e atividades que celebram a literatura e reúnem amantes das letras.
- **Patrimônio Cultural:** O Grêmio Literário de Lisboa é um patrimônio cultural de Lisboa e de Portugal, em que se preserva a tradição da literatura e se fomenta o interesse pela leitura.



Comitiva da EJEJ em jantar no Grêmio Literário, em companhia de membros da instituição
(Da esquerda para a direita: Doutor Eric Cerante Pestre (membro do Grêmio Literário), Diretora Ana Paula Prosdocimi, Desembargador Renato Dresch, membros do Grêmio Literário, Doutor Ibsen José Casas Noronha, Desembargador Osvaldo Firmo, Desembargadora Lílian Maciel, Dr. Gabriel José de Orleans e Bragança, Desembargador Saulo Versiani, Doutor Carlos Márcio Macedo, membro do Grêmio Literário)



Direção da EJEF, representada por Desembargador Renato Dresch e Diretora Ana Paula Prosdocimi, em jantar no Grêmio Literário, acompanhados do Doutor Rui Manuel de Figueiredo Marcos

5.4. Universidade de Lisboa

Ano de criação: 1290

Cursos na área jurídica oferecidos:

- Graduação em Direito
- Mestrado em Direito
- Doutorado em Direito

Curiosidades:

- A Universidade de Lisboa é a mais antiga universidade de Portugal.
- A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa é uma das mais prestigiadas do país.



Fachada do prédio da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa



Comitiva da EJEF/TJMG e representantes da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

5.5. Universidade do Porto

Ano de criação: 1911

Cursos na área jurídica oferecidos:

- Graduação em Direito
- Mestrado em Direito
- Doutoramento em Direito

Curiosidades:

- A Universidade do Porto é uma das maiores universidades de Portugal.

- A Faculdade de Direito da Universidade do Porto é reconhecida pela sua qualidade na formação de juristas.
- A instituição possui robusto programa de pesquisa em Direito.



Desembargador Renato Dresch em frente à Faculdade de Direito da Universidade do Porto



Comitiva da EJEF/TJMG e representantes da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (Da esquerda para a direita: Desembargador Saulo Versiani, Diretora Ana Paula Prosdocimi, Doutor Carlos Márcio Macedo, Professora Mariana Fontes da Costa, Desembargador Renato Dresch, Desembargador Osvaldo Firmo, Desembargadora Lílian Maciel e Doutor Pestana)



Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade do Porto
(Na fotografia à esquerda: Professora Doutora Mariana Fontes, Desembargador Renato Dresch,
Desembargadora Lílian Maciel; na fotografia à direita: Desembargador Osvaldo Firmo)

5.6. Universidade de Coimbra

Ano de criação: 1290

Cursos na área jurídica oferecidos:

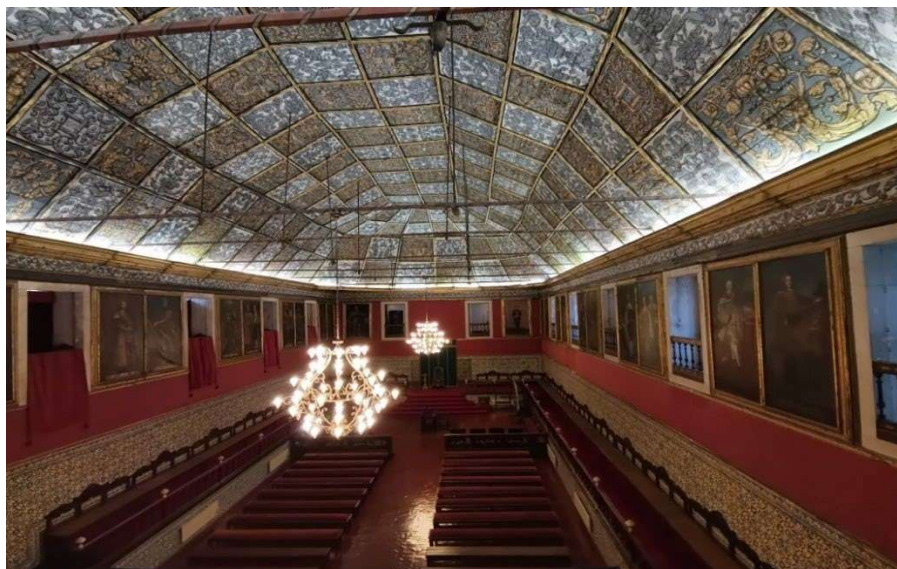
- Graduação em Direito
- Mestrado em Direito
- Doutoramento em Direito

Curiosidades:

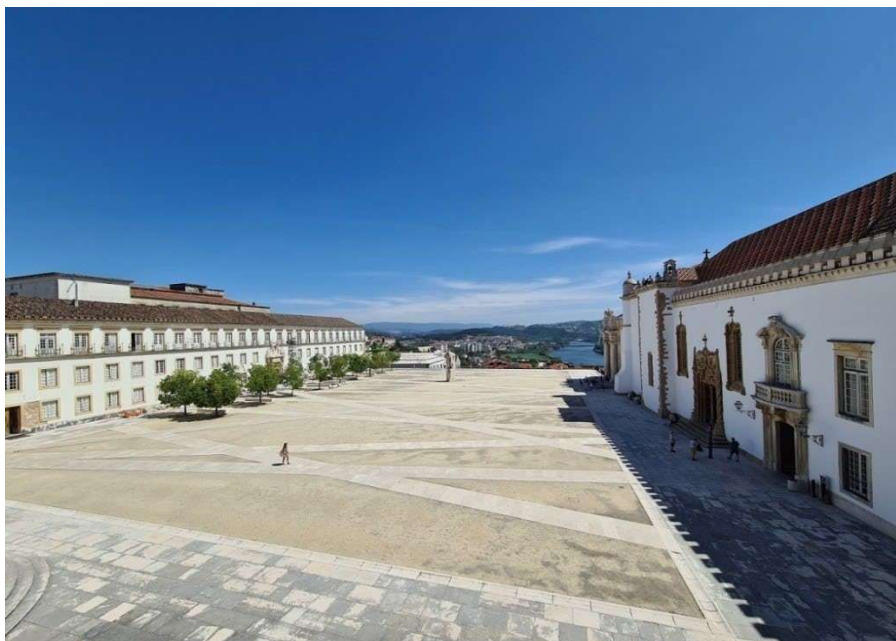
- A Universidade de Coimbra é uma das mais antigas universidades do mundo.
- A Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra é uma das mais tradicionais de Portugal.
- A instituição possui um rico acervo histórico e cultural.



Porta Férrea da Universidade de Coimbra.



Salão nobre da Universidade de Coimbra



Pátio interno da Universidade de Coimbra



Salão da Universidade de Coimbra, durante defesa de tese de doutoramento



Maquete com vista panorâmica da Universidade de Coimbra

5.6.1. Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra: Um Tesouro Histórico e Cultural

A Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra é um dos mais belos e importantes repositórios de conhecimento do mundo. Fundada em 1717, a biblioteca ostenta rica história, acervo impressionante e há diversas curiosidades que a tornam um marco cultural de Portugal.

História: Séculos de Conhecimento

- Criação: A Biblioteca Joanina foi construída por D. João V (1689- 1750), rei de Portugal, no início do século XVIII, como parte do projeto de renovação da Universidade de Coimbra.
- Estilo: A biblioteca é um exemplo impressionante do estilo barroco português, com rica decoração em talha dourada e azulejos.
- Importância: A Biblioteca Joanina logo se tornou um importante centro de estudo e pesquisa, atraindo estudantes de toda a Europa.

Acervo: Um Tesouro de Livros e Manuscritos

- Coleções: A biblioteca abriga vasta coleção de livros e manuscritos, abrangendo diversas áreas do conhecimento, como filosofia, teologia, direito, medicina e ciência.
- Destaques: Entre os destaques do acervo estão primeiras edições de obras clássicas, manuscritos iluminados e documentos históricos de grande valor.
- Preservação: A biblioteca possui sistema sofisticado de preservação dos livros, garantindo a sua conservação para as futuras gerações.

Curiosidades: Segredos e Tradições

- Morcegos: Uma colônia de morcegos habita o espaço superior da biblioteca, contribuindo para o controle de insetos e a preservação dos livros.
- Peles: As mesas da biblioteca são cobertas com peles durante a noite, para protegê-las dos excrementos dos morcegos.
- Cofre: A biblioteca possui um cofre que guarda obras raras e de grande valor, como uma primeira edição de “Os Lusíadas”, de Luís de Camões.
- Tradição: A biblioteca é um dos principais símbolos da Universidade de Coimbra, sendo frequentemente utilizada como cenário para eventos acadêmicos e cerimônias.



Detalhes da arquitetura interna e acervo da Biblioteca Joanina na Universidade de Coimbra



Comitiva da EJEF-TJMG na Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra

(Da esquerda para a direita: Doutor Gabriel José de Orleans e Bragança, Desembargador Saulo Versiani, Doutor Carlos Márcio, Desembargadora Lílian Maciel, Desembargador Renato Dresch, Desembargador Osvaldo Firmo, Doutora Aline Arquette, Diretora Ana Paula Prosdocimi e Doutor Eric Cerante Pestre)

6. Semelhanças e Diferenças das Instituições Visitadas com a EJEF/TJMG

6.1. Semelhanças

- Todas as instituições visitadas têm como objetivo a formação de juristas qualificados e comprometidos com a justiça.
- As instituições oferecem cursos de formação inicial e contínua para magistrados.
- As instituições promovem pesquisa e intercâmbio com outras instituições jurídicas.

6.2. Diferenças

- A EJEF é uma instituição relativamente nova em comparação às universidades portuguesas e ao CEJ Lisboa.
- A EJEF tem foco na formação de magistrados para o sistema judiciário de Minas Gerais, enquanto as universidades portuguesas têm foco mais amplo na formação de juristas para diversos campos do Direito.
- A estrutura curricular dos cursos da EJEF é mais voltada para a prática do que a das universidades portuguesas.

7. O Curso de Formação Inicial de Magistrados do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) em Portugal

O Centro de Estudos Judiciários (CEJ) de Lisboa oferece um curso de formação inicial obrigatório para todos os candidatos que aspiram à carreira de magistrados judiciais e do Ministério Público. O curso visa proporcionar aos futuros magistrados os conhecimentos e as competências jurídicas, pessoais e interpessoais necessários para o exercício das funções judiciais.

A formação inicial de magistrados para os tribunais judiciais e para os tribunais administrativos e fiscais compreende, em cada caso, um curso de formação teórico-prática, organizado em dois ciclos sucessivos, e um estágio de ingresso.

7.1. Estrutura do Curso

O primeiro ciclo do curso de formação teórico-prática realiza-se na sede do CEJ, sem prejuízo de estágios intercalares de curta duração nos tribunais. Esse ciclo tem início no dia 15 de setembro subsequente ao concurso de ingresso e termina no dia 15 de julho do ano seguinte.

O segundo ciclo do curso de formação teórico-prática decorre nos tribunais, no âmbito da magistratura escolhida. Tem início no dia 1º de setembro subsequente ao fim do primeiro ciclo e termina no dia 15 de julho do ano seguinte.

- Ciclo Teórico:
 - Carga horária: 800 horas
- Conteúdo:
 - Teoria geral do direito, direito civil, direito processual civil, direito penal, direito processual penal, direito constitucional, direito administrativo, direito comercial, direito do trabalho, direito internacional público e privado, direitos humanos, ética judicial, deontologia profissional.
 - O estágio de ingresso decorre igualmente nos tribunais, no âmbito da magistratura escolhida. Tem início no dia 1º de setembro subsequente ao fim do segundo ciclo e termina no dia 15 de julho do ano seguinte.
- Ciclo Prático:
 - Carga horária: 2.400 horas
- Conteúdo:
 - Estágios em tribunais judiciais e do Ministério Público
 - Simulações de julgamentos
 - Tutoriais com magistrados experientes
 - Seminários e *workshops* sobre temas relevantes para a prática judicial.

O curso de formação teórico-prática tem como objetivos fundamentais proporcionar aos auditores de justiça o desenvolvimento de qualidades e a aquisição de competências técnicas para o exercício das funções de juiz nos tribunais judiciais e nos tribunais administrativos e fiscais e de magistrado do Ministério Público.

7.2. Diferenciação na Formação de Juízes e Promotores

Embora o curso tenha uma base comum para ambos os tipos de magistrados, existem algumas diferenciações na formação.

- O curso para **juízes** aprofunda a formação em áreas como direito civil, direito processual civil, direito penal e direito processual penal.
- O curso para **promotores** aprofunda a formação em áreas como direito penal, direito processual penal, direito constitucional e direitos humanos.

7.3. Ingresso na Formação

O ingresso na formação de magistrados faz-se através de concurso público, cujo edital é publicado em Diário da República (DR), e envolve diversos métodos de seleção.

Pode ter como finalidade o preenchimento de vagas nos tribunais judiciais (juízes e magistrados do Ministério Público) ou o preenchimento de vagas de juízes dos tribunais administrativos e fiscais (TAF).

O interessado pode candidatar-se por duas vias:

- **habilitação acadêmica** – precisa ser detentor de licenciatura em Direito de cinco anos ou de duração inferior, desde que complementada, neste caso, por mestrado ou doutoramento em área do Direito, obtido(s) em universidade portuguesa, ou por graus acadêmicos equivalentes reconhecidos em Portugal (artigo 5º, alínea b, da [Lei n.º 2/2008](#), de 14 de janeiro, conjugado com o artigo 40, alínea c, do [EMJ](#) e o artigo 146, alínea c, do [EMP](#));
- **experiência profissional** – precisa ter o requisito previsto para a via acadêmica, acrescido da circunstância de possuir experiência profissional, na área forense ou em outras áreas conexas, relevantes para o exercício das funções de magistrado, de duração efetiva não inferior a cinco anos.

Para ser admitido ao concurso, seja qual for a via pela qual concorra, o interessado tem que:

- ser cidadão português ou cidadão de Estados de língua portuguesa com residência permanente em Portugal, a quem seja reconhecido, nos termos da lei e em condições de reciprocidade, o direito ao exercício das funções de magistrado;
- possuir licenciatura em Direito de cinco anos ou de duração inferior, desde que complementada, neste caso, por mestrado ou doutoramento em área do Direito obtido(s) em universidade portuguesa, ou por graus acadêmicos equivalentes reconhecidos em Portugal (artigo 5º, alínea b, da [Lei n.º 2/2008](#), de 14 de janeiro, conjugado com o artigo 40, alínea c, do [EMJ](#) e o artigo 146, alínea c, do [EMP](#));
- reunir os demais requisitos gerais de provimento em funções públicas.

No concurso para o preenchimento de vagas nos tribunais judiciais é reservada, relativamente a cada magistratura (judicial e do Ministério Público), uma quota de ingresso de 25% para cada uma das duas vias de admissão.

No concurso para o preenchimento de vagas de juízes dos TAF é reservada uma quota de ingresso de 25% para cada uma das duas vias de admissão.

Para ilustrar a organização do Curso de Formação Inicial, anexamos a este relatório o [Plano de Estudos do 40º Curso Judicial](#) realizado pelo CEJ.

8. Formação Contínua de Magistrados do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) em Portugal

A formação contínua visa à atualização e ao desenvolvimento das capacidades e competências profissionais e pessoais necessárias ao magistrado longo da carreira.

O plano anual de formação contínua é concebido pelo CEJ, depois de ouvidos os Conselhos Superiores da Magistratura dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Ministério Público, tendo em conta as necessidades verificadas no âmbito da atividade dos tribunais.

O CEJ assegura o planeamento global e a organização das ações de formação contínua atento à diversificação por áreas funcionais, à especialização e à multidisciplinaridade temática, de forma descentralizada.

Da organização das ações de formação contínua participam os docentes do CEJ, em colaboração com formadores e outros colaboradores, entre magistrados, docentes universitários, advogados e outras personalidades de reconhecido mérito.

A formação contínua tem como destinatários:

- juízes dos tribunais judiciais,
- juízes dos tribunais administrativos e fiscais,
- magistrados do Ministério Público,
- advogados,
- solicitadores,
- agentes de outros setores da justiça.

Novo Plano de Formação Contínua

- [Plano de Formação Contínua 2023-2024](#)
- [Cronograma das ações de formação 2023-2024](#) (atualizado)

Histórico da Formação

- [Direito Civil e Processual Civil e Comercial](#)
- [Direito Penal e Processual Penal](#)
- [Direito da Família e das Crianças](#)
- [Direito do Trabalho e da Empresa](#)
- [Direito Administrativo e Fiscal](#)
- [Outras temáticas](#)

9. Colóquio de Direito Luso-Brasileiro: história e especificidades

A ação educacional de iniciativa da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), com participação da EJEF, foi realizada no Colégio da Trindade, na Academia Sino-Lusófona da Universidade de Coimbra, e promoveu o diálogo e a troca de conhecimentos entre Portugal e Brasil. O Colóquio constituiu-se em espaço de encontro e reflexão para juristas, acadêmicos e profissionais da área, proporcionando um ambiente rico para o debate de questões jurídicas de interesse mútuo. Com palestras, painéis e discussões, a ação educacional buscou fortalecer os laços entre as instituições e contribuir para o desenvolvimento do Direito nos dois países, promovendo, assim, o intercâmbio cultural e acadêmico.

O Programa Internacional da EJEF engloba diversas iniciativas destinadas a promover a aproximação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais a instituições de outros países, mediante compartilhamento de conhecimentos, experiências e soluções que contribuam para a efetividade da prestação jurisdicional. Essa estratégia inclui a realização de ações educacionais com a participação de docentes estrangeiros e a colaboração com instituições internacionais, como ocorreu no Colóquio. Além disso, envolve a assinatura de memorandos de entendimento, que são protocolos que permitem diversas iniciativas envolvendo conhecimento jurídico e gestão judiciária com instituições de ensino internacionais.



Abertura do Colóquio de Direito Luso-Brasileiro: história e especificidades (Da esquerda para direita: Professor Doutor Rui de Figueiredo Marcos, Senhor Doutor João Nuno Calvão da Silva e Desembargador Renato Dresch)



Pronunciamento de abertura do Segundo Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEF, Desembargador Renato Dresch

O Colóquio teve carga horária de 5 horas e recebeu 315 inscrições para a modalidade a distância, sendo 180 aprovados. Contou com 27 participantes na modalidade presencial, sendo emitidos 15 certificados de participantes/público, 9 certificados de oradores e 3 certificados de moderadores.

O evento foi noticiado pela EJEF em sua página virtual¹ e também pela Universidade de Coimbra².

¹Disponível em: <https://ejef.tjmg.jus.br/ejef-celebra-acordos-com-instituicoes-de-ensino-portuguesas/>.

² Notícia ASLUC: www.uc.pt/asl/noticias/coloquio-direito-luso-brasileirohistoriaeespecificidades/

Notícia UC: <https://noticias.uc.pt/artigos/coloquio-de-direitolusobrasileirohistoria-e-especificidades-realiza-se-a-6-de-outubro/>

Programação do Evento

Atividade	Horário(s)	CH	Autoridades/Docentes
Credenciamento	8h45 às 9h	15"	
Solenidade de Abertura e Boas-Vindas	9h às 9h30	30"	<p>Senhor Doutor João Nuno Calvão da Silva – Vice-Reitor para as Relações Externas e Alumni da Universidade de Coimbra.³</p> <p>Desembargador Renato Dresch – 2.º Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEF.⁴</p> <p>Desembargador Saulo Versiani Penna – Coordenador do Centro de Estudos Jurídicos Juiz Ronaldo Cunha Campos – CEJ e Desembargador do TJMG.⁵</p> <p>Senhor Doutor Ibsen Noronha – Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.⁶</p> <p>Senhor Doutor Henrique Luís de Brito de Araújo – Presidente do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal e Juiz Conselheiro Presidente do Conselho Geral do CEJ.⁷</p>
Mesa 1 - História do Direito Luso-Brasileiro	Abertura 9h30 às 9h35	5"	<p>Abertura - Moderador:</p> <p>Prof. Doutor José Manuel Cardoso da Costa⁸</p>

³ Vice-Reitor para as Relações Externas e Alumni da UC (desde 1 de março de 2019); Presidente da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) (desde setembro de 2021) e Vice-Presidente da Comissão Executiva da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA) (desde outubro de 2022); Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC); Doutor em Direito da União Europeia pela FDUC; Mestre em Direito da União Europeia pela FDUC; Licenciatura em Direito pela FDUC (17 valores; vencedor de vários prémios escolares, incluindo o Prémio Doutor Manuel de Andrade – referente ao melhor aluno da licenciatura 1995/2000); Conferências e publicações várias (nacionais e internacionais); Membro dos júris das provas orais de acesso ao Centro de Estudos Jurídicos (CEJ); (Co)Coordenador do módulo de Jurisprudência Europeia do Curso de Jurisprudência da FDUC; Docente em vários Cursos e Pós-Graduações organizadas por Institutos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Centro de Estudos de Direito da Regulação e da Concorrência, Instituto Jurídico da Comunicação, Instituto de Direito da Banca, da Bolsa e dos Seguros, Centro do Direito dos Contratos e do Consumo, Associação de Estudos Europeus de Coimbra) e noutras Universidades (v.g. Católica).

⁴ Possui graduação em Direito pelas Faculdades Integradas de São José dos Campos (1987) e mestrado em Direito pela Universidade de Franca (2002). Atualmente é professor nas Faculdades Arnaldo Janssen e Desembargador Segundo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito à saúde, Direito Constitucional, Direito Público - Administrativo e Tributário, e Direito Processual Civil.

⁵ Graduou-se pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1985), com especialização em Direito Processual Civil pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce (Fadivale), concluída em 1995, mestrado (2004) e doutorado (2010) em Direito pela PUC Minas. Ingressou na magistratura em 1989. Atuou como juiz nas comarcas de Ferros, Monte Carmelo, Governador Valadares e Belo Horizonte. Na Capital atuou em varas cíveis e de família, no Tribunal do Júri, na 2ª Vara de Falências e Concordatas e em varas da fazenda pública e autarquias. Ocupou o cargo de Terceiro Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da Gestão de Inovação no biênio 2016/2018, nas administrações dos Desembargadores Herbert Carneiro e Geraldo Augusto. Também professor universitário, é associado efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG). Integrou a comissão de concurso público para provimento de cargos de juiz de direito sob a administração do desembargador Herculano Rodrigues (2012-2014). Atualmente, exerce a função de Coordenador do Centro de Estudos Jurídicos Juiz Ronaldo Cunha Campos e é membro da Comissão de Regimento Interno.

⁶ É jurista, professor universitário, ensaísta, conferencista e escritor. Licenciado em Direito pela Universidade de Brasília (1993). Mestre (2004) e Doutor (2021) em Ciências Jurídico-Históricas pela Universidade de Coimbra. Atualmente é regente da cadeira de História do Direito Luso-Brasileiro.

⁷ Concluiu a licenciatura em Direito na Universidade de Coimbra em 1978. Em 1984 tomou posse como juiz no Tribunal Judicial de Amares, sendo depois colocado no Círculo Judicial de Paredes. Integrou o Conselho Geral da Associação Sindical dos Juizes Portugueses entre 2000 e 2003, e, em maio de 2015, foi eleito presidente do Tribunal da Relação do Porto.

⁸ Professor Catedrático aposentado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Pergunta norteadora: Há persistências e rupturas na história do Direito Luso-Brasileiro?	9h35 às 9h50	15"	Exposição 1 - Docente Portugal: Senhor Doutor Rui de Figueiredo Marcos ⁹
	9h50 às 10h05	15"	Exposição 2 - Docente Portugal: Juiz Conselheiro Henrique Luís de Brito de Araújo.
	10h05 às 10h20	15"	Exposição 3 - Docente Brasil: Desembargador Osvaldo Oliveira Araújo Firmo. ¹⁰
	10h20 às 10h35	15"	Debate e esclarecimento de dúvidas
Mesa 2 – O Direito Público Luso-Brasileiro Pergunta norteadora: Quais os limites dos poderes públicos?	11h às 11h05	5"	Abertura Prof. Auxiliar Antônio Malheiro de Magalhães. ¹¹
	11h05 às 11h20	15"	Exposição 1 - Docente Brasil: Desembargador Renato Luís Dresch
	11h20 às 11h35	15"	Exposição 2 - Docente Portugal: Senhor Doutor Ibsen José Casas Noronha.
	11h35 às 11h50	15"	Exposição 3 - Docente Brasil: Desembargadora Lílian Maciel Santos. ¹²
	11h50 às 12h05	15"	Debate e esclarecimento de dúvidas
Encerramento manhã	12h05 às 1215	10"	
Intervalo de Almoço (12h15 às 14h)			
Credenciamento	14h às 14h15	15"	

9 Doutorado em Direito, é atualmente Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Possui uma obra vasta, em que predominam os estudos de incidência histórico-jurídica, e é autor de abundante bibliografia respeitante ao direito brasileiro. É um requisitado orador, tendo proferido múltiplas conferências em Portugal e no estrangeiro. É Acadêmico Efetivo da Academia das Ciências de Lisboa, Acadêmico de Número da Academia Portuguesa da História, sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, membro do Conselho Editorial da Imprensa da Universidade de Coimbra, sócio do Instituto de História de Direito e do Pensamento Político da Faculdade de Direito de Lisboa, membro do Instituto de Estudos Camonianos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, membro da Sociedade Científica da Universidade Católica, membro da *Société D'Histoire du Droit*, membro da *Asociación Iberoamericana de Derecho Romano*, membro do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro, antigo Presidente do CADC, Diretor da Biblioteca da Faculdade de Direito de Coimbra, sócio

10 Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1988). Especialista e Mestre em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG -1991) Belo Horizonte. Especialista e Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL - 2006) Portugal. Especialista em Poder Legislativo pelo Instituto de Educação Continuada da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (IEC-PUCMINAS) e Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ASLEMG) Belo Horizonte. Professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UNA, Unidade Aimorés, Belo Horizonte. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito Constitucional, Direito Civil-constitucional.

11 Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

12 Desembargadora no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001). Professora na Faculdade Milton Campos. Professora no curso de formação inicial e permanente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF). Lecionou no Centro Universitário UniBH (2019-2021) e na Universidade FUMEC (2004-2020). Atuou como servidora da Justiça do Trabalho e Promotora de Justiça no período de 1993 a 1997. Ingressou na Magistratura em 1997. É coautora de obras de Processo Civil e Direito Constitucional.

<p>Mesa 3 – Conciliação, Mediação e Arbitragem no Direito Luso-Brasileiro</p> <p>Pergunta norteadora: Quais perspectivas e desafios da mediação e arbitragem na solução de conflitos?</p>	14h15 às 14h25	10"	Abertura – Moderador: Prof. Eric Cerante Pestre ¹³
	14h25 às 14h40	15"	Exposição 1 - Docente Brasil: Prof. Dr. Gabriel José de Orleans e Bragança ¹⁴
	14h40 às 14h55	15"	Exposição 2 – Docente Brasil: Desembargador Saulo Versiani Penna
	14h55 às 15h10	15"	Exposição 3 - Docente Portugal: Senhor Doutor Jorge Alves Correia ¹⁵
	15h10 às 15h25	15"	Debate e esclarecimento de dúvidas
<p>Encerramento e Assinatura solene da parceria EJEF/TJMG e ASL-UC</p>	15h25 às 16h50	25"	Desembargador Renato Dresch – 2.º Vice-Presidente do TJMG e Diretor Superintendente da EJEF Senhor Doutor Rui de Figueiredo Marcos – Diretor da Academia Sino-Lusófona da Universidade de Coimbra

¹³ Advogado.

¹⁴ Sócio de Sacramone, Orleans e Bragança Advogados – SOB Advogados. Doutorando e Mestre em Direito Comercial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Especialista em Direito Empresarial, com concentração em Processo Civil e Direito dos Contratos, pela FGV Direito Rio. Membro do plantel de árbitros da MEDARB, CAMES e CAMESC. Membro da Comissão de Estudos Sobre Instituições Financeiras da OAB/SP. Coordenador da Comissão de Direito Concorrencial da Escola Superior de Advocacia de São Paulo. Membro da Comissão de Direito Falimentar da OAB-SP. Membro das Comissões de Direito Bancário, Imobiliário e Vice-Presidente da Comissão de Direito Falimentar do IASP. Membro do TMA – Brasil (Turnaround Management Association). Membro do Instituto Brasileiro de Estudos de Recuperação Judicial de Empresas (IBR). Membro do Comitê Brasileiro de Arbitragem. Autor e Coautor de diversos artigos e livros acadêmicos (CBAR).

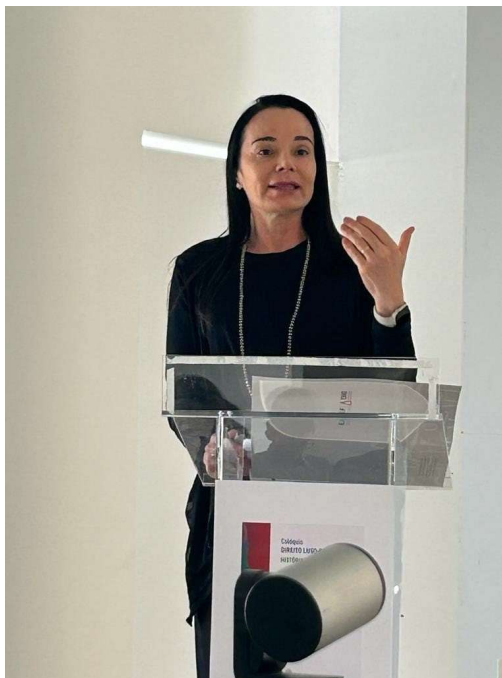
¹⁵ Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.



Segundo Vice-Presidente do TJMG e Diretor Superintendente da EJEF, Desembargador Renato Dresch, em sua exposição do tema “O direito à saúde no Brasil: quais os limites dos poderes públicos?”



Coordenador do Centro de Estudos Jurídicos Juiz Ronaldo Cunha Campos (CEJ-TJMG), Desembargador Saulo Versiani Penna, em sua exposição do tema “Conciliação, Mediação e Arbitragem no Direito Luso-Brasileiro - Quais perspectivas e desafios da mediação e arbitragem na solução de conflitos?”



Superintendente Adjunta da EJEF, Desembargadora Lílian Maciel Santos, em sua exposição do tema “O Direito Público Luso-Brasileiro - Quais os limites dos poderes públicos?”



Desembargador Osvaldo Firmo, em sua exposição intitulada “Pertinências e rupturas entre o Direito luso-brasileiro”

Cumprе ressaltar que os textos produzidos serão publicados na Biblioteca Digital da EJEF/TJMG, vinculados ao Projeto Internacional da EJEF.

10. Acordos com instituições de ensino portuguesas

Como resultado do Projeto de Parcerias EJEF/TJMG e Instituições de Ensino de Portugal, foram celebrados os seguintes acordos com as instituições de ensino portuguesas:

- Centro de Estudos Judiciários (CEJ) – Memorando de Entendimento nº 221/2023 de 2.10.2023: Estabelecimento e desenvolvimento de parceria para mútua cooperação e intercâmbio formativo, científico e cultural em áreas de interesse comum e que possam contribuir para o aprimoramento das respectivas instituições, por meio da promoção conjunta de projetos e atividades de ensino e pesquisa. – Vigência: 02.10.2023 a 01.10.2023. Programa EJEF Internacional.



Assinatura de memorando de entendimento no CEJ, em Lisboa (No centro, Juiz-Conselheiro Henrique Araújo, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça à época; à esquerda Juiz Desembargador Fernando Vaz Ventura; e à direita Desembargador Renato Dresch)

- Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL): Cooperação entre ambas as instituições, em áreas de mútuo interesse, nomeadamente, por meio da implementação de projetos conjuntos, da promoção de eventos científicos e culturais, e intercâmbio de informações e publicações acadêmicas. – Vigência: 18.10.2023 a 17.10.2025. Programa EJEF Internacional.



Segundo Vice-Presidente do TJMG e Diretor Superintendente da EJEF, Desembargador Renato Dresch, e Diretora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), Professora Doutora Paula Vaz Freire.



Segundo Vice-Presidente do TJMG e Diretor Superintendente da EJEF, Desembargador Renato Dresch, acompanhado da Diretora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), Professora Doutora Paula Vaz Freire (à direita), e Diretora Presidente do Instituto de Direito Brasileiro da FDUL, Senhora Professora Doutora Paula Costa e Silva (à esquerda)

- Universidade de Coimbra – Memorando de Entendimento n° 222/2023 de 6.10.2023: Estabelecimento e o desenvolvimento de parceria para mútua cooperação e intercâmbio acadêmico, científico e cultural em áreas de interesse comum e que possam contribuir para o aprimoramento das respectivas instituições, por meio da promoção conjunta de projetos e atividades de ensino e pesquisa. – Vigência: 06.10.2023 a 05.10.2033. Programa EJEF Internacional.



Assinatura de memorando na Universidade de Coimbra (Da esquerda para direita: Professor Doutor Rui de Figueiredo Marcos, Diretor da Academia Sino-Lusófona e Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Professor Doutor João Nuno Calvão da Silva, Vice-Reitor para as Relações Externas e Alumni da Universidade de Coimbra e o Desembargador Renato Dresch celebram acordo firmado entre as instituições)

11. Recomendações

Com base na visita, a equipe da EJEF/TJMG recomenda:

- fomentar e fortalecer as parcerias firmadas com as instituições visitadas para promover o intercâmbio de magistrados e estudantes de direito;
- desenvolver programas de pesquisa em conjunto com as instituições portuguesas;
- compartilhar experiências e boas práticas na área da formação jurídica.

12. Conclusão

A visita da equipe da EJEF/TJMG a Portugal foi uma oportunidade valiosa para aprofundar o conhecimento sobre os modelos de ensino jurídico em Portugal e identificar áreas de cooperação. As informações coletadas serão utilizadas para aprimorar a formação dos magistrados mineiros e fortalecer a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, em prol

da prestação jurisdicional de responsabilidade do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

A fim de estreitar vínculos institucionais entre as entidades, objetivando à cooperação técnica, científica e cultural, voltada à melhoria na formação de membros e servidores do Poder Judiciário, bem como propiciar o compartilhamento de experiências e de boas práticas, o fomento ao debate jurídico e a promoção de intercâmbio de pessoas e ideias, a Escola Judicial Edésio Fernandes alinhou propostas com às universidades visitadas, para concretizar parcerias internacionais.

A equipe da EJEF, no intuito de elaborar plano de trabalho para execução dos projetos conjuntos, remeteu e-mail àquelas instituições com as seguintes propostas: (i) participação de professores das universidades em ações educacionais da EJEF e vice-versa, na modalidade presencial e a distância; (ii) convite para organização conjunta de ações educacionais com a EJEF e cada instituição; (iii) convite a professores de cada universidade para envio de artigos para publicação na Revista EJEF; (iv) publicação conjunta dos “Anais do Colóquio Luso-Brasileiro – Histórias e Especificidades”.

Com ânimo e entusiasmo, cada instituição demonstrou disposição em prosseguir na implementação das propostas formuladas por esta Escola Judicial, de modo que o vínculo formado durante o Colóquio resulte em parcerias perenes e profícuas, visando à cooperação técnica, científica e cultural, voltada à melhoria na formação de membros e servidores do Judiciário.